

JORNADA PEDAGÓGICA 2024

ORIENTAÇÕES GERAIS

TEMÁTICAS:

INDÍGENA, GÊNERO

AFRO E MIGRANTES

SEMED
Secretaria Municipal
de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES

Prefeita Municipal

LUCAS HENRIQUE BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Educação

ANA CRISTINA CANTERO DORSA LIMA

Superintendente de Políticas Educacionais

FELIPE AUGUSTO DA COSTA SOUZA

Chefe da Divisão de Políticas Específicas de Educação

SUMÁRIO

1. A TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	05
2. A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	13
3. A TEMÁTICA GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	16
4. A TEMÁTICA MIGRANTES INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	20

Prezado (a) Coordenador (a):

Eis a nossa sugestão para a **JORNADA PEDAGÓGICA SEMED/2024** concernente às **TEMÁTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, organizada pela Divisão de Políticas Específicas da Educação-DPEE.

Este material tem o objetivo de subsidiar, não somente o fazer pedagógico da equipe docente, como também de toda a comunidade escolar e contribuir para conscientização da importância das temáticas específicas.

Fique à vontade para fazer as adaptações necessárias para seu grupo.

Ficamos ao seu dispor na hipótese de alguma dúvida sobre o material ora apresentado nos telefones 2020-3850 ou 2020.3851.

Atenciosamente,

Felipe Augusto da Costa Souza
Chefe da Divisão Políticas Específicas de Educação

1. A TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

EQUIPE TÉCNICA

Kalí Dias

CRISE CLIMÁTICA MUNDIAL E O CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA COMO PREVENÇÃO AO AQUECIMENTO GLOBAL



TEXTO 1

CRISE CLIMÁTICA MUNDIAL E O CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA COMO PREVENÇÃO AO AQUECIMENTO GLOBAL

Preâmbulo

A Constituição Federal de 1988 representa um marco para os povos indígenas em território brasileiro pois foi esta Carta Magna que lhes atribuiu uma

série de conquista como o reconhecimento da pluralidade étnica, o direito originário e o usufruto exclusivo das terras tradicionalmente ocupadas.

Um dos principais artigos é 231, no qual a Constituição Federal assegura aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Quando associamos os conceitos “índigenas” e “educação” alcançamos três variantes: “Educação Indígena” que acontece no seio das famílias, dos mais velhos para os mais novos dentro da comunidade; “Educação Escolar Indígena” que acontece dentro das escolas localizadas nos territórios etnoeducacionais (Terras Indígenas, Aldeias, Associações ou comunidades indígenas); por fim a “Temática Indígena na Escola” que, por interferência da Lei 11.645/2008, demanda o estudo da história e cultura indígena nas instituições da Educação Básica por meio da abordagem destes saberes no interior dos documentos curriculares institucionais.

A lei supracitada, que alterou o Artigo 26 da Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – não conseguiu, em seu texto, apresentar pormenores dos encaminhamentos a serem operacionalizados nas escolas para atingirem o objetivo de abordar as histórias e culturas dos povos indígenas e, em virtude desta problemática, publica-se, no ano de 2015, o Parecer de n.º 14 que, desde então, tem orientado a implementação da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica.

DINÂMICA 01 (15 minutos): Ler o trecho do Parecer 14/2015 (abaixo) e em seguida responder as seguintes questões:

A – Como a Lei 11.645/2008 e o Parecer 14/2015 foram abordados em sua formação inicial/continuada?

B – A Lei 11.645/2008 e o Parecer 14/2015 têm orientado as práticas relativas à temática indígena em nossa escola? A temática indígena tem sido abordada em nossa escola? Em quais momentos do ano letivo? De qual maneira?

TEXTO 2

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB)

ASSUNTO: Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

RELATORA: Rita Gomes do Nascimento		
PROCESSO Nº: 23001.000071/2011-69		
PARECER CNE/CEB Nº: 14/2015	COLEGIADO: CEB	APROVADO EM: 11/11/2015

A temática da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica: o contexto legal e a promoção de políticas públicas

Desde a aprovação da Lei nº 11.645/2008, os sistemas de ensino e suas instituições educacionais têm sido desafiados a trazer a temática da história e da cultura dos povos indígenas para dentro dos estabelecimentos de ensino, o que não tem ocorrido sem tensões e contradições entre os povos indígenas e os sistemas de ensino e suas instituições formadoras. Isto se dá, principalmente, pelos modos equivocados de implementação dos dispositivos dessa Lei, incorporados na redação da Lei nº 9.394/96 (LDB) mas, em muitos casos, não sendo cumpridos da maneira estabelecida pelo referido diploma legal.

Desse modo, a Lei nº 11.645/2008 tem provocado inúmeros debates sobre a necessidade de se repensar os processos relativos à formação de estudantes e de professores dessa temática diante de uma concepção mais alargada de cidadania, dada pelo reconhecimento da participação dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, bem como de suas culturas e patrimônios.

Neste sentido, a Lei tem favorecido a compreensão de que é preciso construir representações sociais positivas que valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira como um valor e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais.

A correta inclusão da temática da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica tem, assim, importantes repercussões pedagógicas na formação de professores e na produção de materiais didáticos e pedagógicos, os quais devem atribuir os devidos valores à história e culturas dos povos indígenas para o efetivo reconhecimento da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira.

Isso se faz necessário tendo em vista que, embora haja avanços inegáveis na quantidade e na qualidade das informações atualmente disponíveis sobre os povos indígenas, ainda existe, seja em termos de conhecimento acadêmico, seja em termos de sua difusão pelos meios de comunicação social, tanto em esferas de governo quanto das diferentes mídias, o desconhecimento e o preconceito em relação aos povos indígenas. Esse mesmo preconceito ainda se faz presente com amplas ramificações em toda a sociedade brasileira, o que exige grande esforço interinstitucional para superar essa desinformação.

É importante lembrar que a referida Lei representa uma grande conquista para o movimento indígena brasileiro no plano legal e também reflete um contexto internacional de afirmação dos direitos sociais e individuais das minorias e dos grupos historicamente marginalizados. Nas últimas décadas, tem se estabelecido uma política de reconhecimento dos direitos das diversidades étnicas e culturais no âmbito do direito internacional, fazendo surgir acordos, decretos e convenções de natureza multilateral.

Neste contexto histórico, as diferenças e diversidades étnicas, culturais e linguísticas vêm deixando de ser vistas, pelo menos no plano formal ou legal, como algo negativo e empecilhos ao desenvolvimento de muitos países, passando a ser oficialmente reconhecidas como patrimônios da humanidade, “riquezas” e valores éticos universais que devem ser valorizados promovidos e afirmados nos planos internacional, nacional e local.

DINÂMICA 02 (vídeo: 23:18 minutos):



Vídeo: Viver Ciência - Mudanças climáticas e povos indígenas.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=KUnl7WwvDQ>

DINÂMICA 03 (15 minutos): A Agenda 2030 da ONU vem ao encontro do vídeo da dinâmica 2 no que tange ao papel da escola na contenção da crise climática.

Acesse o link abaixo para tomar conhecimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deste plano de ação global.



O que é a Agenda 2030 da ONU

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), reunidos em Nova York, adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/70/L.1) e se comprometeram a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos.

A Agenda 2030 é um guia para a comunidade internacional e um plano de ação para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

Trata-se de um guia para governos, sociedade, empresas e universidades, no espírito de uma parceria global que deve orientar as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

Fonte: O que é a Agenda 2030 da ONU – TJCE

Link para leitura: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-odesenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

DINÂMICA 04 (20 minutos): Após assistir ao vídeo “Viver Ciência – Mudanças climáticas e povos indígenas” e ler o link “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – As Nações Unidas no Brasil” responda as seguintes questões:

A- Qual (quais) das 17 ODS da Agenda 2030 da ONU vem ao encontro das atitudes de preservação do planeta e que nós, professores, podemos problematizar com nossos estudantes?

B - O pesquisador Arthur Bispo fala no vídeo que, embora não saibam o real motivo, as crianças e adolescentes têm percebido as mudanças climáticas ocorridas no planeta. Como nós, professores, podemos conscientizar os estudantes das atitudes de cada ser humano na preservação do planeta e, conseqüentemente, na contenção da crise climática?

DINÂMICA 4 (Vídeo 11:38 minutos):

Ciência indígena e crise climática | Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro - YouTube



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=8Wwh3Nd3kyg>

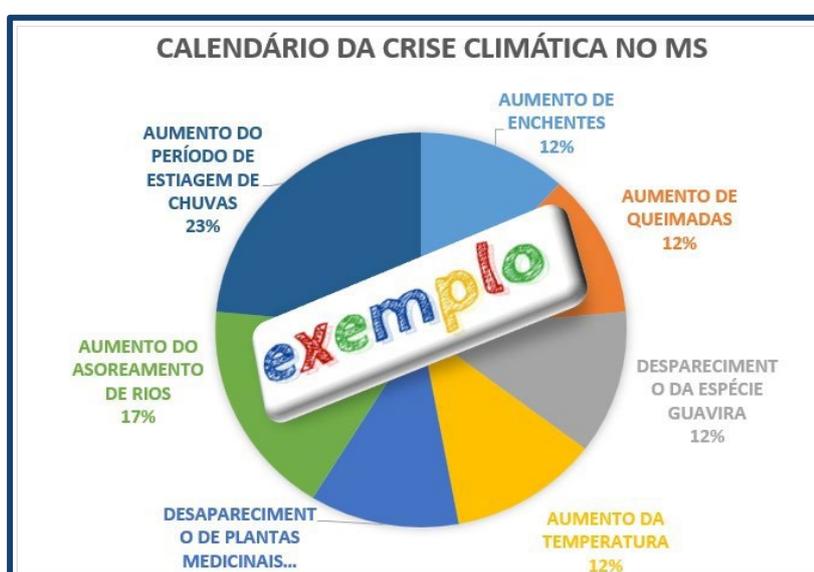
DINÂMICA 5 (30 minutos):No vídeo 01 aprendemos sobre o CALENDÁRIO INDÍGENA, que é um instrumento de avaliação variável, produzido pelos indígenas de várias etnias para mensurar a situação da pesca, da plantação, da colheita, da incidência/desaparecimento de espécies da flora e da fauna bem como do clima. Construam, em grupo, um calendário (usando uma cartolina ou papel pardo), aos moldes do calendário indígena, avaliando, na última década, as perdas/ganhos sofridos pela natureza no estado do Mato Grosso do Sul.

Dica: para construir o calendário o grupo deverá usar o modelo gráfico abaixo e realizar pesquisas na internet com os seguintes descritores*:

- Queimadas no estado do Mato Grosso do Sul; Abelhas no estado do Mato Grosso do Sul;
- Espécies de peixes no estado do Mato Grosso do Sul;
- Enchentes no estado do Mato Grosso do Sul;
- Agropecuária no estado do Mato Grosso do Sul;
- Áreas de lavouras no estado do Mato Grosso do Sul;
- Desmatamento no Estado do Mato Grosso do Sul;
- Seca no Pantanal Sul;
- Espécies da fauna e flora em extinção/risco de extinção no estado do Mato Grosso do Sul;

Outras informações que o grupo achar relevante:

Se alguma das sugestões/proposta pelo grupo não encontrar resposta de pesquisa na internet, os dados poderão ser elaborados de maneira empírica, baseados nas observações DOS membros do grupo em relação às mudanças climáticas/fauna/flora dos últimos anos.



DINÂMICA 6 (Tempo livre): Acessar e discutir, entre o grupo, quais das possibilidades pedagógicas do arquivo indicado (Arquivo 2) poderão ser contemplados no Plano Anual da escola para o ano de 2024.



2. A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

“Reconhecer a diferença é questionar os conceitos homogêneos, estáveis e permanentes que excluem o ou a diferença. As certezas que foram socialmente construídas devem se fragilizar e desvanecer. Para tanto, é preciso desconstruir, pluralizar, reinventar identidades e subjetividades, saberes, valores, convicções, horizonte de sentidos. Somos obrigados a assumir o múltiplo, o plural, o diferente, o híbrido, na sociedade como um todo.”

Vera Maria Ferrão Candau

EQUIPE TÉCNICA

Érika Costa Lima e Silvia Keli Aguilár Larson Pacheco

FORMADORES

Gestão Escolar e Equipe Pedagógica

TEMA

Identidade racial: autorreconhecimento e valorização.

OBJETIVO

Promover a valorização, autoestima e afirmação de identidade no ambiente escolar, levando o estudante a conhecer suas origens, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

TEXTO-BASE PARA A FORMAÇÃO

→ Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. SciELO Brasil

Textos complementares:

- [Identidade negra e racismo](#), Nova Escola.

- [Superando o Racismo na Escola](#), Kabengele Munanga-Organizador

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO DA FORMAÇÃO

A Divisão de Políticas Específicas de Educação, por meio das Relações Étnico-Raciais Afro busca subsidiar o trabalho pedagógico relacionado à Lei nº 10.639/03, trazendo como tema a Identidade Racial nas escolas.

Formadores, este material contém sugestões de como trabalhar uma pequena parte da Cultura Afro dentro do currículo escolar. Sintam-se à vontade para fazer quaisquer modificações ou adequações necessárias para colocar em prática com sua turma.

Nós, da equipe técnica da Divisão de Políticas Específicas de Educação, estamos à disposição.

ORIENTAÇÕES

INÍCIO

Vídeo para reflexão: [Doll Test - Os efeitos do racismo em crianças \(POR\)](#)

MOMENTO I - LEITURA DO TEXTO DE APOIO

Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.

MOMENTO II- DISCUSSÃO SOBRE A LEITURA, EM PEQUENOS GRUPOS, COM PERGUNTAS NORTEADORAS

Com base na leitura realizada, dialogar sobre os aspectos que devem ser pautados:

- Qual a função social do professor;
- Você já sofreu algum tipo de preconceito;
- Como você lida com uma situação de racismo no ambiente escolar;
- O que você entende por identidade racial;
- Existe uma data específica para trabalhar a questão racial;
- Qual a importância dessa temática na escola.

MOMENTO III- DINÂMICA DA IDENTIDADE

Disponibilizar envelope aos grupos contendo imagens recortadas de diferentes tipos e cores de pele, olho, boca, nariz, testa e cabelo.

Cada grupo deverá eleger 3 participantes para que seja montado seu perfil a partir do material disposto.

O objetivo dessa dinâmica é trazer à luz a reflexão sobre as diferenças de cada um, seja no tom de pele, na cor dos olhos ou tipo de cabelo, levando-os a conscientização de que somos todos diferentes e que respeitar essa diversidade é obrigação de todos.

MOMENTO IV- DISCUSSÃO REFLEXIVA NO GRANDE GRUPO

Oportunizar no grande grupo o que foi abordado nos momentos II e III, destacando os pontos mais relevantes considerados pelos docentes partícipes da formação

3. A TEMÁTICA GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

EQUIPE TÉCNICA

Flávia Pieretti Cardoso e Luiz Henrique Casagrande.

TEMA

Bullying: diga não! “Respeite às diferenças”!

OBJETIVO

Propiciar aos professores um momento de reflexão quanto ao tema **BULLYING** e apresentar uma sugestão de dinâmica de como abordar o tema com os estudantes dentro da sala de aula, em consonância com a Lei N. 13.185, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**).

TEXTOS-BASE PARA A FORMAÇÃO

BARROSO, Bruna Caroline T. GERALDINE, Nágila Guedes. É brincadeira ou é bullying? .Casa da Ciência. Disponível <
<https://www.casadaciencia.com.br/ebrincadeira-ou-e-bullying-2/> > Acesso em: 14 de dez. de 2023.

Silva, Ana Beatriz B. Bullying: mentes perigosas nas escolas. **Revista Nova Escola** / [2. ed.] - São Paulo : Globo, 2015.

"BRASIL. Lei n. 13.185, de 06 de novembro de 2015. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm."

ZEQUINÃO, Marcela Almeida, (et al). **Bullying Escolar: um fenômeno multifacetado**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603138354>

<https://www.scielo.br/j/ep/a/tfsmpDFp9d73b75mLTPvVDR/>

Acesso em: 14 de dez. de 2023.

SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS DA FORMAÇÃO

Esta proposta de intervenção é uma prática da Divisão de Políticas Específicas de Educação, que pretende fornecer modos, reflexões e

ferramentas práticas para diálogos sobre questões a respeito das diferenças, combate a qualquer tipo de violência e discriminação no ambiente escolar e tornar público a legislação sobre as práticas de bullying, não como uma proposta de punição, mas conscientização e acolhimento de todos(as) durante o processo educativo e promoção da “cultura da paz”.

Apesar da palavra bullying ser mais conhecida pela comunidade escolar e o público em geral, ainda hoje é desconhecida a legislação acerca do assunto e as principais consequências dessas práticas para os/as alunos/as, professores/as, administrativos entre outros. **Bullying** é uma palavra de origem inglesa, que é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar e praticados tanto por meninos quanto por meninas. Dentre esses comportamentos destacamos as agressões, assédios e ações desrespeitosas e/ou discriminatórias de maneira recorrente e intencional por parte dos/as agressores/as. Quando recorremos ao dicionário encontramos como traduções a palavra bully: indivíduo valentão, mandão, tirano, brigão. Já a palavra bullying corresponde a um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica que ocorre de modo intencional e frequente, praticado por um bully (indivíduo/agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender. Seja por uma questão circunstancial como uma desigualdade subjetiva de poder ou ainda a proibição de ações solidárias por parte de outros/as colegas.

O **cyberbullying** é praticado no mundo digital. São mensagens difamatórias ou ameaçadoras que circulam por e-mails, sites, blogs, celulares, sites de relacionamento como o *Facebook* ou o *Twitter*. Para alguns estudiosos, o **cyberbullying** é ainda mais cruel que o **bullying** tradicional, pois no espaço virtual os xingamentos e as provocações atormentam a pessoa permanentemente e não somente no contexto da escola. As mensagens ameaçadoras chegam a todos os

lugares em que se acessa a *internet* e a denúncia fica ainda mais difícil, pois nem sempre é possível identificar o agressor.

Como sugestão de atividade a ser trabalhada pelos professores com os alunos, esboçamos a seguir a “Oficina **bullying**”, que é uma forma dinâmica do professor levar os estudantes à uma reflexão e conscientização sobre as práticas de bullying que ocorrem no ambiente escolar. Os diálogos permitem

que os sujeitos entendam que suas identidades devem ser respeitadas, suas diferenças valorizadas e a prática de discriminação e preconceito (bullying) devem estar distantes dos processos educativos e de suas vidas. Os professores podem trazer reflexões de como lidar com cada situação apresentada, bem como das medidas que podem ser tomadas caso alguém esteja sofrendo bullying: comunicar a um professor, coordenador ou ao diretor da escola; relatar aos pais; pedir ajuda a alguém de confiança etc.

OFICINA

NOME DA ATIVIDADE: Jogo dos balões

NÍVEL DE ENSINO: Educação Infantil e Fundamental

MATERIAIS DE APOIO NECESSÁRIOS: aparelho de som e um CD de música animada, quatro balões de ar com tiras de perguntas em seu interior.

OBJETIVO(S) DA ATIVIDADE: discutir alternativas para lidar com situações como *bullying* e *cyberbullying* sem usar agressividade e/ou violência.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

- Solicite que formem um único círculo;
- Informe que você colocará uma música e que, enquanto isso, um balão de ar passará de mão em mão;
- Explique que quando você parar a música, quem estiver com o balão deverá estourá-lo e pegar a tira de papel (ou figuras com imagens de situações de bullying) que estiver dentro dele. Em cada uma das tiras (ou imagem) há uma situação relacionada ao *bullying*. As frases e figuras podem ser escolhidas por cada professor de acordo com a necessidade e realidade apresentadas na sua unidade escolar e turma de alunos;
- A pessoa que ficou com o balão deverá ler a frase e completá-la. Mas há uma regra: a frase deverá ser completada sem ser usado nenhum tipo de violência.

Por exemplo: “Ana é uma menina quieta, estudiosa, usa óculos e está acima do peso. Os meninos da sala há um tempo começaram a falar insistentemente que ela era feia, gorda, “quatro olhos”, inclusive a filmaram pelo celular

comendo o lanche no recreio e colocaram num grupo da escola, com frases pejorativas. Ana começou a sentir-se triste, suas notas baixaram e ela não queria ir mais para a escola. Um dia Ana tomou coragem e” (o que Ana fez?)

- Se a pessoa que tiver que continuar a frase não souber, quem estiver à sua direita responde. Os outros colegas poderão ajudar quando necessário.
- Repita a atividade até as quatro questões serem respondidas.
- Depois de completadas, abra para a discussão e reflexão a partir das seguintes perguntas:

1. O que é bullying?
2. O que é cyberbullying?
3. O que diferencia o bullying e o cyberbullying de outros tipos de violência?
4. O que precisamos fazer para resolver situações de bullying em nossa escola e em outros espaços de convivência?
5. - Como a EMPATIA, O RESPEITO E O DIÁLOGO podem contribuir para a harmonia do ambiente escolar e evitar o bullying?

Sugerimos, também, que durante a dinâmica dos balões sejam abordados os vários tipos de bullying, com o objetivo de serem identificados e reconhecidos pelos alunos, de acordo com as frases trabalhadas, podendo ser trazidas imagens e fotos para apoiar na compreensão. Exemplo:

Físico
Contato corporal: soco, tapa, empurrão

Verbal
Xingamentos, ofensas e insultos

Moral
Apelidos, difamação, calúnia e discriminação

Cyberbullying
Ocorre na esfera virtual, em sites e redes sociais, por meio de apelidos, xingamentos e vídeos

Psicológico
A vítima é sempre culpada e o agressor faz de tudo para prejudicar e culpar a vítima

Sexual
Os Insultos são de natureza sexual e caracterizam-se de insinuações e assédio

Material
O ato de sujar, rasgar, estragar e esconder objetos que pertencem à vítima

Como identificar o bullying?

AGRESSOR
Não se sente culpado pelo que fez de errado
É arrogante
Perde o controle com muita facilidade
Quer estar no controle de todas as situações
Recorre à força com frequência
Tem preocupação em manter a própria aparência

VÍTIMA
Apresenta resultados pobres no rendimento escolar
Não quer ir à escola
Chora ao ir ou voltar da escola
Apresenta alterações no comportamento
Tem sintomas de depressão
Destroça e tenta se livrar de objetos pessoais

Fonte: <https://www.casadaciencia.com.br/e-brincadeira-ou-e-bullying-2/>

Fonte: <https://blog.essia.com/combater-o-bullying-na-escola.htm>

4. A TEMÁTICA MIGRANTES INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

EQUIPE PEDAGÓGICA

Maria das Dores Dias Acosta e Luzenil Freitas da Silva

PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS MIGRANTES, REFUGIADOS, APÁTRIDAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

TEMA: Acolhimento de crianças, adolescentes e adultos migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio nas unidades escolares da REME.

FORMADORES: Gestão escolar e equipe técnico-pedagógica das unidades escolares.

LEGISLAÇÃO BASE PARA FORMAÇÃO: deliberação CME/CG/MS N. 2.527, de 6 de maio de 2021.

OBJETIVO: apresentar a legislação municipal que trata desta temática, assim como sugerir ações educacionais para acolhimento, integração e permanência escolar dos alunos migrantes internacionais, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na REME.

PREZADOS FORMADORES

Com o aumento de matrículas de alunos migrantes internacionais e refugiados na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande /Reme, nos últimos anos, surgiu a necessidade da Superintendência de Gestão das Políticas Educacionais/SUPED, por intermédio da Divisão de Políticas Específicas de Educação-DPEE, sugerir ações educacionais para acolhimento, integração e permanência escolar dos alunos migrantes internacionais, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na REME.

Essas orientações têm por finalidade contemplar todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e modalidades da Educação Básica na referida Rede de Ensino. Dessa maneira, espera-se que este documento se torne instrumento efetivo para um acolhimento solidário, possibilitando ao educando o desenvolvimento de suas potencialidades no território brasileiro.

Por isso, apresenta-se, a seguir, orientações para a formação referente a ações educacionais para acolhimento, integração e permanência escolar dos alunos migrantes internacionais, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na Reme.

ORIENTAÇÕES LINGUÍSTICA E HUMANITÁRIA AO ALUNO

- Estabelecer uma comunicação acolhedora, de boas-vindas, apresentando ao estudante todo o ambiente escolar, dando ênfase ao banheiro e ao bebedouro. Nesse momento, peça para o aluno repetir os nomes dos locais em Língua Portuguesa.
- Posteriormente, sinalize os locais mais frequentados pelo aluno com placas já no idioma do aluno e em língua portuguesa.
- Solicitar a um colega de sala de aula, que tenha natureza colaborativa, para auxiliar no acolhimento dentro e fora da sala, facilitando a criação de vínculos afetivos entre os estudantes e demais membros da comunidade escolar.
- Usar aplicativos/tradutores para auxiliar a comunicação entre professor e aluno, como por exemplo o tradutor – Google Tradutor, pois na maioria dos casos o aluno não fala e não entende a Língua Portuguesa, assim como não está habituado à cultura brasileira.
- Amparar permanentemente no que diz respeito à rotina escolar (banheiro, água, lanche, entre outros), por meio da utilização de cartazes escritos no idioma do aluno migrante internacional com tradução em Língua Portuguesa, para facilitar a comunicação neste idioma. A este respeito, se faz importante usar imagens para auxiliar o entendimento do aluno migrante.
- Selecionar imagens relacionadas aos objetos escolares e escrever seus respectivos nomes em língua portuguesa, para que os alunos consigam relacionar os objetos à língua-alvo.

- Afixar imagens de bandeiras contemplando todas as nacionalidades dos estudantes da escola, inclusive a do Brasil, de modo que fiquem visíveis aos pais e alunos.
- Levar em consideração a subjetividade de cada estudante, manter a empatia, observando e priorizando às questões emergenciais, como alimentação, saúde e segurança pessoal.

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

- Promover adequações, adaptações e diversificação curricular, no sentido de atender às especificidades de cada migrante internacional ou refugiado.
- Atentar-se aos aspectos da cultura de origem do estudante.
- O tratamento do aluno migrante internacional deve ser igual ao do aluno brasileiro, porém as estratégias de ensino devem ser diferenciadas. Sendo assim, as atividades propostas para os demais alunos em sala devem ser entregues também ao aluno migrante internacional, mesmo que as realize parcialmente ou não consiga realizá-las, pois o tempo de aprendizado de cada um deve ser respeitado.
- Valorize os aspectos culturais do estudante migrante internacional por meio dos conteúdos disciplinares compartilhados com os demais colegas de sala.
- Incentive o aluno migrante internacional a falar sobre sua cultura, seus saberes, hábitos e comportamentos típicos de seu país de origem. Oportunize a criação de um espaço para celebrar a diversidade dos estudantes, famílias e comunidades, ou seja, favoreça relações participativas e coerentes entre o ambiente da escola e todos que nela convivem.
- convide o aluno para assistir aulas no contraturno, na escola em que estuda, caso haja possibilidade por parte do aluno e disponibilidade educacional.
- Inicialmente, propõe-se que o professor adote estratégias diferenciadas para o ensino e a avaliação, lançando mão de atividades com diversas imagens, materiais concretos e/ou outras atividades que respeitem o nível e o tempo de aprendizado de cada aluno migrante. É importante ressaltar que no momento de chegada desse aluno à unidade escolar, ele não estará familiarizado com a cultura escolar brasileira nem com a língua portuguesa, portanto, os enunciados mais simples e com menos informações são preferíveis.

- O aluno migrante internacional só poderá ser avaliado de maneira equivalente aos demais educandos do mesmo ano escolar, a partir do momento em que ele estiver totalmente integrado com o ambiente escolar e com o aprendizado da Língua Portuguesa, ou seja, já consiga ler e escrever neste idioma, ainda que com alguns desvios de escrita.
- Para maiores esclarecimentos, entre em contato com a Divisão de Educação e Diversidade/DED pelo seguinte número de telefone: 2020-3850.

LINK DE SUGESTÃO PARA FORMAÇÃO

OIE. **Educação para Pessoas Refugiadas: modelos e práticas de integração nos países da OCDE** (2020). Disponível em: <https://oei.int/pt/escritorios/portugal/noticia/educacao-para-pessoas-refugiadas-modelos-e-praticas-de-integracao-nos-paises-da-ocde>